

## **PROGRAMA SEGUNDO TEMPO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM O PROBLEMA**

**Rosicler Sauer (IFBA)**

### **Resumo**

Neste artigo temos como objetivo discutir as condições do trabalho docente no Programa Segundo Tempo (PST) e os nexos com as alterações do mundo do trabalho diante da tendência de destruição das forças produtivas e suas conseqüências para o docente na área de Educação Física. Para tanto, trataremos da caracterização do Programa Segundo Tempo, apontando seus objetivos, finalidades, princípios, assim como alguns aspectos que indicam a precarização do trabalho docente. Nesse sentido, as exigências para o trabalho, como: contratos temporários, jornada de trabalho, poucos salários são elementos encontrados nas relações de trabalho do PST.

**Palavras-chave:** *Mundo do Trabalho; Trabalho Docente; Educação Física; Precarização do Trabalho, Programa Segundo Tempo.*

### **Abstract**

In this article we attempt to discuss the conditions of teaching in the “Programa Segundo Tempo” (PST) and the nexus with the changing world of work before the trend of destruction of productive forces and its consequences for teaching in Physical Education. For this, we address the characterization of the “Programa Segundo Tempo” (PST) pointing their goals, objectives, principles, and some aspects that indicate the precariousness of teaching. Our analysis is guided by the Report of the Court and in some bids for selection of teachers for performance “Programa Segundo Tempo” and some theoretical studies on the PST. In this sense, working conditions, temporary contracts, working hours, meager wages are elements found in the working relations of PST.

**Keywords:** *Work lecturer; physical education; precarious; programa segundo tempo.*

### **Introdução**

Neste artigo temos como objetivo discutir os indicadores da precarização do trabalho docente no Programa segundo Tempo<sup>1</sup> (PST) e os nexos com as alterações do mundo do trabalho diante da tendência de destruição das forças produtivas e suas conseqüências para o docente na área de Educação Física.

<sup>1</sup> O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009)

Entendemos que com a reestruturação do trabalho, ocorreram mudanças que afetam inclusive a natureza do trabalho escolar. Nesse sentido, as abordagens que serão feitas em torno do capitalismo e as modificações no mundo do trabalho, nortearão as discussões de alguns elementos do trabalho docente, que também estão circunscritos na Educação Física, em especial no Programa Segundo Tempo um dos campos de trabalho na área.

Para tanto, trataremos da caracterização do Programa Segundo Tempo, apontando seus objetivos, finalidades, princípios, assim como alguns aspectos que indicam a precarização do trabalho docente.

## 1. Precarização do trabalho docente e a Educação Física

Sobre essa questão, os estudos referentes às mudanças mais recentes na escola apontam que pouco se tem discutido a esse respeito no debate acadêmico. Todavia, encontramos essa discussão da precarização do trabalho docente sendo abordada nos meios sindicais<sup>2</sup>. Na realidade,

os estudos mais significativos a esse respeito datam de duas décadas atrás. É nesse contexto que as teses de desprofissionalização e proletarização do magistério surgem no debate acadêmico brasileiro. Contraditoriamente, em um momento (décadas de 1970 e de 1980) em que a história do movimento docente foi profundamente marcada pela luta por profissionalização do magistério e reconhecimento dos direitos e deveres desses trabalhadores. (OLIVEIRA, 2004, p.09)

De acordo com Oliveira (2004), nas últimas décadas, com a reestruturação produtiva no mundo do trabalho, novas demandas têm sido apresentadas à educação escolar com relação aos seus objetivos, refletindo em mudanças tanto nas formas de gestão como na organização do trabalho na escola.

De acordo com Gentili & Alencar (2001), pode-se identificar que as propostas neoliberais para a educação trouxeram grandes reformas no sistema educacional. Nesse aspecto comenta:

O século XX terminou com uma avalanche de reformas no campo educacional latino-americano: mudaram as leis e normas que regulam o funcionamento dos sistemas escolares, mudou a própria organização da escola, os currículos, a formação docente, a avaliação. Mas a realidade cotidiana das escolas parece a

<sup>2</sup> Ver Universidade e Sociedade. Sindicato ANDES Nacional; ANDES - SN; [www.andes.rg.br](http://www.andes.rg.br)

expressão grotesca e cínica das promessas milagrosas enunciadas pelos exegetas da modernização neoliberal ( GENTILLI & ALENCAR, 2001, p. 18).

Deste modo, desencadeia uma articulação do sistema educativo com o sistema produtivo, como se fosse necessário o primeiro responder de forma direta à demanda do segundo. A política neoliberal, propõe o Estado Mínimo, no qual investem em medidas para a diminuição dos investimentos financeiros nos serviços públicos, incluindo educação, saúde, pensões e aposentadorias, transporte público e habitação popular, transferindo-os para o setor privado, as quais eram garantidas pelo Estado do bem-estar social.

Importante a análise de Pinto (2004) referente e essa questão, a qual diz que

a materialidade deste projeto calca-se na proposta de Reforma do Estado que tem como eixo a privatização de setores estratégicos; o envolvimento direto do estado apenas em atividades que se vinculam à arrecadação, controle do mercado e segurança; a concepção de não exclusividade do Estado em setores como saúde, educação e pesquisa científica, o que significa que a execução destes serviços deverá ser assumida por entidades denominadas “públicas não-estatais”, terceirização de atividades de apoio da administração e a descentralização, por meio de “parcerias” com a sociedade (PINTO, 2004, p.2).

Neste contexto de implementação das estratégias neoliberais na educação, temos o Banco Mundial<sup>3</sup> que refletindo a perspectiva neoliberal, exerce um papel central no processo de globalização do capitalismo, propondo às escolas empréstimos financeiros que, para serem repassados, as instituições educacionais devem atender a determinadas condições.

Para Torres (2002) uma preocupação é latente, o Banco Mundial é composto primordialmente por economistas e não por educadores, esse fato indica que, certamente tem-se como objetivo final, aspectos relacionados com o desenvolvimento econômico.

No sentido de elucidar a questão sobre as condições de trabalho do docente, faz-se necessário analisar a atividade educacional como trabalho, portanto,

ao entendermos a atividade educacional como trabalho, entendemos os seus profissionais como trabalhadores, e estamos afirmando que desenvolvemos uma atividade humana à qual imprimimos finalidade, a projetamos idealmente e buscamos formas de concretizá-la no real vivido. É isso que nos confere a

<sup>3</sup> Para aprofundar o estudo ver: TORRES, Carlos Alberto. Estado, Privatização e Política educacional: Elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001. Ver também: BANCO MUNDIAL. Educação Municipal no Brasil: recursos, incentivos e resultados. Brasil: Banco Mundial, 2003.

qualidade de humanos e nos possibilita o desenvolvimento da vida em sociedade. (...) É necessário afirmar que a lógica geral do sistema capitalista imprime os contornos da materialização desta capacidade. Vendemos nossa força de trabalho e este é o primeiro limite. Ainda que esta relação, nas escolas públicas, não se pautem na produção de mais-valia e, portanto, se caracterize enquanto um trabalho improdutivo, não podemos esquecer que também neste trabalho se evidencia a liberdade e a castração enquanto componentes contraditórios do trabalho na sociedade capitalista (PINTO, 2002, p.56-57).

Também nesse sentido, a análise de Oliveira (2004) sobre a precarização do trabalho docente aponta que o “aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, o arrocho salarial, os planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias” são aspectos da precariedade no magistério público.

A autora considera que os debates sobre as políticas educativas estão apontando para uma desvalorização da carreira docente, longe das expectativas desejáveis para a educação. Os quadros regulatórios nacionais determinam as funções a serem desempenhadas, definem o provimento de recursos, e o funcionamento dos sistemas educativos. Características que indicam a precarização do trabalho, fortalecendo a relação de trabalho alienado<sup>4</sup>.

Referente a essa área de estudo, Nozaki (2007) aponta que “no âmbito da Educação Física existe uma lacuna no que diz respeito às produções que tratam das conseqüências dessas mudanças no mundo do trabalho para o interior da área”, pois a maioria dos estudos não se ampliam para a discussão das condições de trabalho dos professores da área, não se propõe a problematizar a precarização do trabalho docente na área da Educação Física escolar, englobando as principais categorias que o envolvem e as suas implicações no trabalho pedagógico. Dessa forma, nosso estudo torna-se relevante, pois pretende percorrer nessa direção.

<sup>4</sup> Na visão de Marx (2005, p.115), o **trabalho alienado** deve ser analisado sob dois aspectos principais: a relação do trabalhador com o produto do trabalho como um objeto estranho que o domina; e a relação do trabalhador com o ato da produção dentro do trabalho.

## 2. Programa Segundo Tempo e os nexos com a precarização do trabalho docente

Neste tópico trataremos da caracterização do Programa Segundo Tempo, apontando seus objetivos, finalidades, princípios, assim como alguns aspectos que indicam a precarização do trabalho docente, apresentaremos uma síntese da realidade das contratações de trabalho dos profissionais da área de educação física. Para tanto, nossas análises se pautam no Relatório do Tribunal de Contas e em alguns editais para seleção de professores para atuação no Programa Segundo Tempo.

### 2.1. Caracterizando o Programa segundo Tempo

Para iniciarmos nossas discussões sobre a precarização do trabalho docente no Programa Segundo Tempo é importante que entendemos qual é a sua proposta de esporte educacional, de acordo com a definição veiculada pelo portal eletrônico do Ministério do Esporte,

O Programa Segundo Tempo (PST) é um programa idealizado pelo Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contraturno escolar. Tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano, e assegurar o exercício da cidadania. [...] O programa caracteriza-se pelo acesso a diversas atividades e modalidades esportivas (individuais e coletivas) e ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional.

O PST foi lançado em abril de 2003, por meio da celebração de protocolo de cooperação, assinado pelos ministros do Esporte e da Educação da época. Naquele momento, a parceria entre os órgãos de governo refletia a expectativa do Governo Federal de realizar ações articuladas entre seus ministérios. Além disso, buscava atender à concepção inicial do programa, que contemplava a criação de estruturas nas escolas públicas para desenvolvimento. De acordo com o Relatório do TCU (2006, p. 22)

O Programa Segundo Tempo surgiu oficialmente em 3/10/2003, com a assunção do novo governo, como um realinhamento estratégico do Esporte na Escola desenvolvido pela gestão anterior. A partir de 2004, o Segundo Tempo passou a constar como programa orçamentário no PPA 2004/7”.

De acordo o Relatório do TCU o Segundo Tempo é o maior programa sócio-esportivo do mundo. Em todo o Brasil, mais de 1,4 milhões de crianças e adolescentes já foram beneficiados desde de 2003 com a prática esportiva no período oposto ao que estão em aula [...]. [...] Hoje, já são mais de 2 mil núcleos do programa espalhados por cerca de 600 municípios em todo o país. O Segundo Tempo também emprega diretamente cerca de **11 mil pessoas**<sup>5</sup> (grifo nosso).

O acúmulo de experiências sobre ações e programas consolidados pelo Ministério do Esporte permite demonstrar resultados visíveis sobre o combate à exclusão. Entre esses programas, destaca-se o Programa Segundo Tempo<sup>6</sup>, que tem atuado diretamente com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, na prevenção, tanto no âmbito da saúde, quanto nas situações de risco e violência. (BRASIL, 2005, p. 18).

Na visão de Athayde (2009) o cenário de implantação do PST foi tingido por uma perspectiva de mudança em relação à utilização do esporte como objeto de políticas sociais. Acrescenta que o setor progressista da Educação Física esperava que atrelado aos discursos de mudanças do “novo governo” – que atribuía a si características: popular, democrático e social –, o esporte fosse, finalmente, compreendido enquanto direito do cidadão e que tivesse seus aspectos sociais valorizados e ressaltados. Os gestores do ME, entre eles o ministro à época, foram céleres e não decepcionaram os anseios do campo progressista e revolucionário do Esporte/Educação Física.

No entanto, não se pode fazer essa análise sem se considerar a redução de gastos com pessoal da área pública e uma administração mais racional, centrada em resultados, com acompanhamento e avaliação de desempenho, em função da crise fiscal do Estado. Estes aspectos são vistos como necessários para o ajuste às novas atribuições e viabilização da reforma administrativa, os quais interferem em qualquer implantação de proposta ou política pública, que muitas vezes não preservam a essência inicial do projeto.

Diante do exposto, levantamos as seguintes questões: Quais são as condições dos contratos de trabalho desse pessoal e quais as exigências para atuação docente no PST?

<sup>5</sup> Disponível em: [http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/noticia\\_lista.jsp](http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/noticia_lista.jsp).

<sup>6</sup> Na época de lançamento do Programa Segundo Tempo, respondiam pelas pastas do Esporte e da Educação, respectivamente, Agnelo Queiroz (gestão à frente do ME de 01/2003 – 03/2006) e Cristovam Buarque (gestão à frente do MEC de 01/2003 – 01/2004).

## 2.2. Aspectos da precarização do trabalho docente no PST

Trataremos das exigências para atuação no PST e da terceirização dos contratos temporários que são elementos centrais nas discussões sobre precarização do trabalho, apontando como a lógica da produtividade norteia as medidas de implementação das políticas públicas do Estado, nas relações de trabalho.

Outro aspecto que deve ser destacado é que devido aos baixos salários dos contratos temporários, os professores se vêem forçados a trabalhar em duas ou três escolas, o que acarreta o sobretrabalho, segundo o conceito de Pochmann (1999).

Para essas análises nos reportaremos a trechos dos editais para seleção de profissionais para atuarem no PST.

De acordo Mendes (et al, 2004)

No ano de 2004 a Prefeitura Municipal de Pelotas firmou convênio com o Ministério do Esporte para implementar o Programa Segundo Tempo em diversas regiões da cidade. Assim, de maio a dezembro de 2004 foram desenvolvidas as atividades do Programa, que contou com a participação de técnicos da prefeitura, monitores e agentes comunitários. A Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal Pelotas (ESEF/UFPel) foi parceira da prefeitura e participou desse projeto com um professor coordenador e com estagiários universitários.

A autora acrescenta que nas diferentes comunidades de Pelotas onde foi implementado o programa, observou-se a adesão de número significativo de usuários, havendo várias com listas de espera para participar. Nos locais estudados acrescenta que a execução das ações ficou, fundamentalmente, sob responsabilidade dos estagiários e dos agentes comunitários. Um profissional da prefeitura visitava esporadicamente os locais de desenvolvimento do programa para acompanhar o andamento das ações.

Nesse caso podemos identificar que essa parceria não houve grandes investimentos com contratação de professores, as aulas ficaram a cargo dos estagiários e agentes comunitários, esse aspecto é indicador de precarização do trabalho docente.

Atualmente em relação ao trabalho docente pode-se dizer que se tem duas situações funcionais: efetivos e os contratos temporários. Os efetivos são concursados nomeados e os contratados temporários, devem concorrer anualmente às vagas remanescentes, no início do ano letivo e é no máximo válido por dois anos, sem os direitos trabalhistas, a situação de

trabalho é extremamente precária, pois o contratado, além de atraso do pagamento devido à morosidade do processo, pode perder o seu lugar, a qualquer momento. Não tem garantia de vaga e lugar na escola.

Esse tipo de contratação é realizada pelas prefeituras nas chamadas públicas para seleção de professores no Programa Segundo Tempo como podemos observar no município de Juazeiro do Norte<sup>7</sup>:

Edital de Seleção de Recursos Humanos para o Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte e o Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte. A Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte através da Secretaria Municipal de Esporte e Juventude, torna pública a realização de Seleção Pública para selecionar candidatos para contratação temporária de pessoal para vagas de Coordenador de Núcleo, Monitor Esportivos e Monitor de Atividades Complementares mediante as condições contidas neste Edital. (Edital Nº 001/2010 PMJN/SEJU SELEÇÃO PÚBLICA)

Este não é o único exemplo que podemos destacar, se nos debruçarmos nessa busca teremos inúmeros casos em que as contratações são nessas condições, a título de ilustração também temos o da Prefeitura Municipal de Governador Valadares<sup>8</sup>

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E LAZER- SMCEL  
Edital Nº001/2011 de Seleção de Recursos Humanos para o Convênio firmado entre o Município de Governador Valadares e o Ministério do Esporte para implantação do Programa Segundo Tempo. A Prefeitura Municipal de Governador Valadares, através da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer - SMCEL torna pública a realização de Seleção Pública visando selecionar candidatos para contratação temporária de pessoal nas vagas de Coordenador de Núcleo e Monitor Esportivo mediante as condições contidas neste Edital, para atendimento ao Programa Segundo Tempo firmado através do Convênio nº 725507/2009 celebrado com a União, por intermédio do Ministério do Esporte.

Estes casos são exemplos de precariedade, que de acordo com Castel (1998) o trabalho precário é aquele que se caracteriza por flexibilização de regras de contratação

<sup>7</sup> [Edital de - Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte](#). 13 jan. 2010 ... Edital Nº 001/2010 PMJN/SEJU. SELEÇÃO PÚBLICA. Edital de Seleção de Recursos Humanos para o Convênio firmado entre a Prefeitura ... [www.juazeiro.ce.gov.br/secretarias/seju/.../editalsegundotempo.pdf](http://www.juazeiro.ce.gov.br/secretarias/seju/.../editalsegundotempo.pdf) - Similares

<sup>8</sup> [o Ministério do Esporte para implantação do ... Programa Segundo Tempo firmado através do Convênio](#) n° .... Governador Valadares. [www.valadares.mg.gov.br/.../EDITAL\\_N001\\_20011\\_PROGRAMA\\_SEGUNDO\\_TEMPO.pdf](http://www.valadares.mg.gov.br/.../EDITAL_N001_20011_PROGRAMA_SEGUNDO_TEMPO.pdf)

(contratos atípicos, temporários e independentes), menores salários, menor estabilidade, informalidade nas relações de trabalho, menos direitos sociais.

A análise da precarização do trabalho dos professores com relação à precarização do trabalho precisa ocorrer em diferentes facetas que o caracterizam. Dentre essas facetas destacamos: carga horária de trabalho e de ensino, tamanho das turmas e razão entre professor/alunos, rotatividade/itinerância dos professores pelas escolas e as questões sobre carreira no magistério.

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público.

Podemos dizer que as políticas para o Programa Segundo tempo encontram-se em condições antagônicas, pois de um lado temos o processo de redução de investimentos, que acarreta o enxugamento do quadro de pessoal, e as inadequadas condições de trabalho, de outro as propostas de ação do próprio Estado, as quais ficam subentendidas aos poucos investimentos para melhoria dos serviços educacionais, nesse caso do esporte educacional.

Essa situação é ainda mais reforçada pelas estratégias de gestão dos programas, como apresenta algumas características o PST em Pelotas, que apelam ao comunitarismo e voluntariado, ou na execução das atividades do programa por estagiários. Nesse contexto podemos identificar um processo de desqualificação e desvalorização do trabalho docente.

Neste contexto de políticas públicas, devem estar presentes lutas, pressões e conflitos, para se analisar e discutir as possibilidades de superação das contradições encontradas.

Estamos analisando um contexto de implantação de um Programa social que tem presente em seus princípios a fraternidade, solidariedade, justiça social, respeito, bondade e emancipação humana, nesse sentido faz-se necessário pensar nas condições de trabalho dos agentes desse projeto. Uma política pública, enquanto uma ação do Estado, deveria ter como meta criar condições para melhorar a condições de vida da população, e garantir as condições de trabalho da classe trabalhadora.

## Algumas Considerações

Diante das análises realizadas, entendemos que as políticas públicas educacionais impõem limites, estabelecem restrições às quais as escolas devem se submeter na realização do trabalho educacional. Assim, podemos afirmar que o PST apresenta fatores da precarização do trabalho dos profissionais de educação, em especial do professor de educação física que foi objeto desse estudo.

Nesse sentido, as condições de trabalho, contratos temporários, jornada de trabalho, poucos salários são elementos encontrados nas relações de trabalho do PST. São aspectos que levam os professores de educação física, especificamente os que possuem a graduação na área, a exercer outras funções, ou ampliar a jornada de trabalho, como forma de aumentar os seus rendimentos, muitas vezes deixando em segundo plano a escola pública. Essa é uma realidade que expressa que os professores exercem suas atividades de acordo com a situação do sistema social hegemônico. Aspectos que valorizam a competitividade, a individualidade, que expressam a busca de cada um pela sua própria sobrevivência. Esses fatores acabam refletindo na prática do professor, que devido a esses e outros aspectos levam a uma acomodação, a falta de perspectivas de mudanças, resultando em uma prática fragmentada e alienada.

Ficou evidente nas análises, que é necessário que se conheça a realidade concreta dessas relações de trabalho, em casos específicos, onde será possível explorar as problemáticas encontradas. Devem existir os conflitos, é importante que os professores e os demais profissionais da educação estejam no embate, em busca de melhores condições de trabalho, quanto mais se conhecer a realidade, será mais fácil a sua superação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Chico; GENTILI, Pablo. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A Dialética do Trabalho**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone . **Programa Segundo Tempo: conceitos, gestão e efeitos.** Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, 2009.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte.** Brasília: ME, 2005. 44 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Manual de Orientações para Implantação de Núcleos do Programa Segundo Tempo.** Brasília: ME, agosto/2005. 54 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Manual de Diretrizes do Programa Segundo Tempo.** Brasília: ME, 2007. 37 p.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Avaliação de Programa: Programa Segundo Tempo/ Tribunal de Contas da União;** Relator Lincoln Magalhães da Rocha. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006. 90 p.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MENDES, Valdelaine da Rosa. **Como os pais percebem a participação dos filhos no Programa Segundo Tempo.** Disponível em: [www.cbce.org.br/cd/resumos](http://www.cbce.org.br/cd/resumos). Acesso em 20/03/2011.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. Mundo do trabalho, Formação de professores e Conselhos Profissionais. In: **Formação Profissional em Educação Física e Mundo do trabalho.** Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização.** Educ. Soc. Vol. 25 nº 89. Campinas, Sept./Dec. 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade, DUARTE, Marisa R.T. **Política e Trabalho na Escola.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; MELO, Savana Diniz. **Conflito e Resistência: trabalho docente e manifestações sindicais.** Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundo>. Acesso em 06 de out. 2007.

PINTO, Marina Barbosa. **Universidade e precarização do trabalho docente.**

Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Vol. 1 (fev 1991), Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. **A Subordinação do Trabalho Docente à Lógica do Capital.** Disponível em [www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4\\_03.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_03.pdf). Acesso em 06 de out. 2007;

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

Rosicler Sauer

IFBA/ Campus Eunápolis

e-mail: [rosiclrsauer@bol.com.br](mailto:rosiclrsauer@bol.com.br)

tel(73)32812434

cel: (73)88240407